

---

## **O SER/ESTAR RADIOATRIZ NA DÉCADA DE 1950 (CAMPINA GRANDE – PB)**

Poliana de Sousa Melo  
Professora da rede estadual de ensino  
[poki.melo@gmail.com](mailto:poki.melo@gmail.com)  
Kyara Maria de Almeida Vieira<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A era do rádio no Brasil constitui-se um período de grande fortalecimento cultural do país a partir da exploração da música popular brasileira, dos shows de auditório, teatro e das novelas de rádio. Este último ajudou a projetar radioatrizes para o sucesso local e nacional, explorando os múltiplos talentos dessas mulheres que deram vida aos personagens das histórias que mexeram com o imaginário popular. Este trabalho tem portanto, como escopo estudar as representações das radioatrizes na cidade de Campina Grande – PB na década de 1950, verificando como os discursos produziram formas de pensar acerca dessas produtoras culturais colaborando para a construção identitária das mesmas. Detivemo-nos também a analisar as táticas elaboradas pelas radioatrizes para burlar os discursos médico, burguês e religioso que procurava circunscrever as mulheres ao espaço privado.

Com isso, destacamos nesse trabalho os relatos orais: entrevistas realizadas com ex- radioatores/radioatrizes e com senhoras dos grupos de Terceira Idade. Entre os radioatores estão Eraldo César, Ary Rodrigues, e radioatrizes Ivanete Silveira, Maria do Carmo e Nilça Belo. Os relatos orais possibilitaram uma fonte riquíssima de estudo, pois, a partir de pontos de vista individuais, buscamos estudar o jogo de discursos e representações acerca das radioatrizes. Nesta perspectiva, a memória torna-se um elemento primordial na pesquisa, para tanto, compreendemos que ao relembrar alguns fatos, os entrevistados selecionaram suas lembranças a partir dos elementos e motivações do presente.

Dentre as fontes aqui utilizadas, procuramos também analisar os jornais que circularam de 1949 a 1950 na região, analisando os códigos morais e sociais que legitimavam o discurso conservador, provocando a delimitação do espaço feminino na esfera privada.

---

<sup>1</sup> Orientadora da pesquisa.

Campina Grande nas primeiras décadas do século XX vivenciou um processo de modernização e crescimento urbano proporcionado por suas atividades econômicas. Por situar-se num espaço favorável no estado da Paraíba, condicionando o encontro de forasteiros e comerciantes, a cidade logo ganhou projeção a partir do comércio algodoeiro. Em fins da década de 1950 a cidade perde espaço no comércio com a crise da produção algodoeira, entretanto, cresce consideravelmente com a projeção de bairros, frota de ônibus, fomentando o processo de urbanização da cidade. O processo de modernização da cidade, vivenciado desde o início do século XX, com a implantação de alguns símbolos do moderno como o trem (1907), o cinema (1910), o serviço de bondes (1926)<sup>2</sup>, energia elétrica (1920), foi ampliado na década de 1940 e 1950, momento no qual se inscreve o aparecimento do rádio, considerado signo da modernidade<sup>3</sup>. Contudo, tal experiência do moderno não fora vivenciado nos aspectos sociais cuja cidade ainda guardava resquícios e traços de uma pequena cidade do interior patriarcal e conservadora. Para tanto, os espaços hierarquicamente estabelecidos entre o feminino e masculino estavam circunscritos ao privado e público, respectivamente. Neste ínterim, as radioatrizes rompiam com o discurso conservador, sendo, portanto consideradas mulheres desviantes.

A esse conjunto de práticas Michel de Certeau conceitua de cultura ordinária em que *a ordem é exercida por uma arte, ou seja, ao mesmo tempo exercida e burlada* (CERTEAU, 1994 p.20). Conforme explica Giard, Certeau legitima o outro, ratificando sua capacidade criadora, ativa, desviadora, bricoladora. Para Giard, Certeau desenvolveu uma teoria capaz de transformar e subverter a concepção da homogeneização dos comportamentos e dos padrões. Seu enfoque é ressaltar as práticas “dispersas, táticas e bricoladoras”, como assim foram qualificadas as práticas sub-reptícias, elaborados pelos sujeitos, para desviar-se do controle e da ordem imposta, pois para Certeau (1994, p. 38) “*o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.*”

<sup>2</sup> Câmara informa-nos que o serviço de bondes em Campina Grande funcionou regularmente nos primeiros meses, porém, o serviço foi interrompido após um ano. (CÂMARA, 1988, p. 103-104)

<sup>3</sup> Para maior compreensão acerca das representações produzidas pela população paraibana com a chegada dos signos da modernidade como Trem, imprensa, telégrafo, telefone e energia elétrica ver: ARANHA, Gervácio Batista.: **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região:**tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). Doutorado em História. Campinas, UNICAMP, 2001.

Com isto, Certeau classifica os tipos de operações que universalizam as práticas dos consumidores, distinguindo-os em estratégias e táticas. Segundo o autor, estratégias é a imposição e criação de um “lugar” determinado, é “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado.” (CERTEAU, 1994, p.99). Já o que Certeau chama de tática é a reapropriação das forças impostas pelas estratégias, é a capacidade de transformar esse “lugar” dinâmico é a antidisciplina, trata-se do movimento “dentro do campo de visão do inimigo” (...) e no espaço por ele controlado.” (CERTEAU, 1994, p.100).

Por fim, ancoramos na categoria de gênero analisando as diferenças estabelecidas historicamente entre homens e mulheres, bem como as relações de poder que os envolve na diferença de sexos. Assim como nos informa Scott, o estudo é voltado para analisar as relações sociais hierárquicas entre os sexos, assim como as construções sociais que estabelece o lugar social para o feminino e o masculino e o papel que os mesmos devem desempenhar<sup>4</sup>. Para tal análise, segundo Scott, faz-se necessário a exclusão das interpretações biológicas que evidenciam a distinção entre homens e mulheres a partir do determinismo biológico, segundo o qual a natureza seria determinante para os padrões feminino/masculino.

### **1. Ao som das radionovelas: mulheres inquietas a produzir sonhos.**

A cidade de Campina Grande na década de 1950, apesar das ditas qualidades modernas e progressistas, carregava uma forte tradição patriarcal<sup>5</sup>. As mulheres que eram casadas deviam obediência aos maridos e as solteiras, forte respeito ao pai, e vice-versa. Na pesquisa, as senhoras diziam “No meu tempo a educação era muito rígida, muito diferente de hoje”.

Segundo o discurso conservador, jurídico e religioso, da sociedade, o espaço da mulher restringia-se a esfera doméstica, o lar. Neste espaço, o papel das mulheres já

---

<sup>4</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Disponível em: <http://sociologianreapucarana.pbworks.com/f/Genero%20-%20Joan%20Scott.doc>. Acesso em 12 de março de 2010.

<sup>5</sup> A era vitoriana no século XIX, onde se firma a cultura burguesa por excelência, cristaliza a bipolaridade masculino/feminino naturalizando a esfera doméstica como espaço assumido pelas mulheres e o espaço público como lócus da atuação masculina. Essa tradição histórica norteará os valores que primam o discurso no que tange a “natureza feminina” em casar, gerar. Para maior aprofundamento dessa discussão ver: (LISBY, 2006 p;48.)

estava definido: a conservação da família e a procriação. A partir disto, a Igreja Católica atuará como legitimadora desses valores, projetando o modelo da virgindade e maternidade de Maria, e a imprensa entrará como ratificadora desses modelos, divulgando códigos e tratados para o comportamento feminino, acentuando, com isso, a bipolarização das diferenças sexuais entre homens e mulheres. Para tanto, todas essas regras de conduta ganhavam arcabouço da lei. O discurso jurídico de então, punha em prática as leis com vistas à normalização e preservação dos bons costumes.

Assim nos informa Silva (2000) ao investigar os discursos jurídicos em relação às mulheres na segunda metade do século XX na Paraíba. A autora nos mostra os percalços vivenciados pela Juíza Helena Alves de Souza a partir da resistência da Justiça em não permitir a sua entrada na magistratura paraibana, na década de 1950. Segundo Silva (2000, p. 110) a aprovação de Helena no concurso público gerou insatisfação social, *“chegando a imprensa a publicar uma matéria questionando a capacidade da mulher para assumir a magistratura”*.

Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, ao estudarem os discursos proferidos pelos meios midiáticos e escritos em geral, mediante as mudanças de comportamento feminino nas primeiras décadas do século XX<sup>6</sup>, informam como as transformações de certas práticas realizadas pelas mulheres foram acompanhadas com perplexidade e apreensão pelos setores mais conservadores da sociedade. De acordo com as autoras, a tentativa de padronização dos modelos para o gênero feminino foi acompanhada por um forte discurso ideológico que, além de *“desumaniza-las como sujeitos históricos”* acabou cristalizando os papéis sociais.

O modelo que se esperava para o comportamento das senhoritas compunha da discrição dos atos, boa educação e naturalidade, garantindo, com isso a “essência da alma” feminina. Cabiam as mulheres a “alta vigilância” para que elas não incorporassem às práticas “naturais” do universo masculino. Assim, de acordo com o discurso conservador, assumir a feminilidade era cumprir com todos os deveres que cabiam às mulheres. Os jornais contribuía veemente com esse perfil, dedicando matérias à instrução feminina, nas palavras da colunista do jornal abaixo citado, ser uma

---

<sup>6</sup> Apesar de o texto referir-se as três primeiras décadas do século XX, ele aqui foi abordado por acreditarmos que certas semelhanças como a tentativa de coibir as mudanças e a padronização dos comportamentos femininos é, com certas ressalvas, semelhantes ao contexto da cidade aqui pesquisada.

mulher moderna é restringir-se às atividades domésticas, ser discreta, seguir aos parâmetros da época:

Ser moderna é estar preparada, apta a resolver qualquer dificuldade que outrora mulher não podia em face da educação recebida, cingindo-se às atividades do lar. É ter a personalidade bem formada, a consciência reta e atitudes dignas da mulher cristã. (...) Ser moderna não envolve arte nem modos sofisticados para que os homens apreciem a mudança ou “evolução” da mulher (...) Por conseguinte, ser moderna é saber viver ajustada ao seu meio, condições e exigências da época, excluindo o que de pernicioso possa aparecer. (Jornal Correio da Paraíba, João Pessoa, 05 out. 1953. p. 7.)

Entre as funções que cabiam as mulheres estava o zelo à casa, o cuidado aos filhos e obediência aos maridos, estes, atuavam como os “administradores” das finanças tomando decisões consideradas mais sérias na família, inclusive, a vida profissional e conjugal dos filhos. Os desempenhos de tais papéis conferiam total poder aos maridos restando à submissão às mulheres. Assim, de acordo com Maluf e Mott (1998, p. 379) no âmbito da configuração desses espaços “*à figura masculina atribuíram-se papéis, poderes e prerrogativas vistos como superiores aos destinados à mulher. Delineava-se com maior nitidez a oposição entre esferas públicas e privada base necessária para que a mulher se torne mulher e o homem se torne homem*”.

Neste aspecto, o jogo de discursos que detinham as mulheres no campo privado vão de encontro as práticas produzidas por mulheres que ocupavam a esfera pública, e que nos direcionaremos o espaço da mídia radiofônica, como as radioatrizes. Tidas como “mulheres da vida”, a quebra de modelos promovida pelas radioatrizes dava-se a partir do momento em que elas rompiam com o discurso normativo dos papéis femininos, como imagem de “rainha do lar”, ao ocupar uma esfera que era tipicamente concebida como natural dos homens: o trabalho fora de casa.

O universo das jovens campinenses na década de 1950 era restrito ao campo do privado, trabalhar era “coisa de homem” e as que optassem, por necessidade ou prazer, pelo emprego fora de casa, eram taxadas de “avançadinhas” para a época. As diferenças sexuais foram cruciais neste momento para a formação da identidade do masculino e do feminino. A austríaca Margareth Steinmuller que em 1954 chegou a Campina Grande para acompanhar o marido Willy, nos informa o que mais estranhou ao chegar a cidade:

A pior coisa que estranhei quando cheguei ao Brasil, principalmente em Campina Grande, foi que a população da cidade achava que a esposa de um homem não deveria trabalhar. Por causa disso muitas vezes fui desrespeitada. O povo não tinha naquela época, ao contrário da minha terra, o costume de ver esposas trabalhando fora do lar (DINOÁ, Vol.2.p. 449-450)

A radioatriz Ivanete Silveira que começou a trabalhar na prefeitura para contribuir com a despesa familiar, mas paralelamente seguia com a carreira artística como radioatriz da emissora Borborema, relembra a insatisfação do namorado na época em vê-la trabalhar na rádio nos anos 1950: *“ele nunca se mostrou muito satisfeito com meu trabalho não, mas eu nem perguntava se ele gostava ou não. Eu tinha trabalho na prefeitura, eu tinha meu estudo, eu tava fazendo o que era certo. Eu prossegui com meu trabalho de rádio e teatro<sup>7</sup>”*. Segundo a depoente, o salário da rádio era fornecido quinzenalmente, entretanto mal dava para cobrir as despesas do lar. Para Ivanete Silveira, o trabalho na rádio era feito pelo prazer em atuar nas radionovelas: *“Eu tava vendo que ele não gostava, mas eu me fazia que não tava vendo. Porque era o que eu gostava”*. Entretanto, para a sociedade, inclusive para a família, a exposição gerava certo temor e desconforto, pois tais práticas afetavam o discurso de feminilidade socialmente aceito pela época.

É impossível não comparar os discursos que eram socialmente aceitos e proferidos acerca dos espaços masculinos e femininos na sociedade. Ary Rodrigues, que também fora radioator, quando perguntado se os radioatores faziam sucesso ele foi taxativo ao informar que sim, e que ao contrário das radioatrizes, eles eram bem aceitos pela sociedade: *“na época tinha muito bordel aqui em Campina, tinha muito cabaré e a gente freqüentava estes ambientes e todo mundo gostava e admirava, nós éramos artistas, uns heróis”*

Como o trabalho nas rádios era uma atividade pouco aceita socialmente, era comum as artistas adotarem pseudônimo para distraírem a atenção dos familiares. Assim ocorreu com Abelim Maira da Cunha que, com o pseudônimo Marina Cunha, atuava cantando nos palcos das rádios. A ex-operária tecelã ficou nacionalmente conhecida como Ângela Maria, sendo filha de um pastor protestante, certamente, a cantora viveu a experiência dúbia do sucesso nacional e da perseguição moral e ética da década de 1954 (SOUZA, 2006, p. 56). Assim como Ângela Maria, as radioatrizes da cidade de Campina Grande tentaram forjar as identidades criando pseudônimos e reinventando nomes para esconderem-se da sociedade conservadora e ao mesmo tempo alcançar o *glamour* que a profissão proporcionava.

---

<sup>7</sup> Depoimento da senhora Ivanete Silveira concedido à autora no dia 25 set. 2007

O desconforto, gerado na população, causado pela presença de mulheres que atuavam na esfera pública tratava-se do receio de que elas perdessem a “essência materna”, deixassem de ser mãe, prejudicando com isso, a formação dos filhos, uma vez que a instrução dos filhos era missão destinada ao sexo feminino.

Dessa forma, a exposição da vida social das radioatrizes fazia com que, não só a sociedade como também a família, principalmente o pai, enxergasse o trabalho na rádio como um lugar não apropriado para as suas filhas. Ivanete Silveira conta-nos como seu pai se sentia incomodado pelo seu trabalho na Rádio Borborema:

Meu pai ficava me esperando de noite e eu dizia: o povo lá (da Rádio Borborema) é um povo de muito respeito, é um povo muito bom, você se sentia lá a vontade, mas ele tinha medo. É assim, porque ele, na realidade, o que se ouvia mais no sul é que na rádio era um ambiente mais de promiscuidade (...) era a cabeça dele (...) ele não aceitava que eu fosse sozinha à rádio (...) por mais que eu dissesse: mas lá o ambiente é assim, pai não se conformava<sup>8</sup>.

A partir desse trecho, vemos como a “honra” e os “bons costumes” defendidos pela família, estavam pautados na legitimação do espaço feminino à esfera privada. O ambiente de trabalho nas rádios era, portanto associado ao locus de promiscuidade e desregramento. Com isso, as famílias dessas radioatrizes primavam pela desistência das filhas no trabalho da rádio. Nilça Belo, radioatriz da Rádio Borborema, corrobora com Ivanete Silveira quanto à posição dos seus pais diante do trabalho na rádio. Para sair de casa, juntamente com sua irmã também radioatriz, Nair Belo, necessitava da ajuda de sua mãe “*e saíam na ponta dos pés*” para que seu pai não a repreendesse. Em entrevista realizada com radioatriz Maria do Carmo, conhecida como Silvinha de Alencar, a depoente nega ter sofrido represálias da família devido ao trabalho na rádio. No entanto, a ex-radioatriz confirma ter havido certo preconceito da sociedade conservadora à classe artística feminina em Campina Grande na década de 1950.

Conforme nos esclarece Rago (1985) havia o receio também do discurso médico de que as mulheres perdessem a “essência feminina” da maternidade e do casamento ao saírem do recôndito do lar e alcançarem a esfera pública. De acordo com a autora, perspectivas profissionais para as mulheres eram coibidas uma vez que sua educação visava prepará-las para a vida domiciliar, doméstica, relegando a vida profissional, pública, para o sexo masculino:

---

<sup>8</sup> Depoimento da senhora Ivanete Silveira concedido à autora no dia 25 set. 2007

Também não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela (...) Afinal, a preocupação com sua educação visa prepara-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem. (RAGO, 1985.p. 63)

Com isso, o preconceito às radioatrizes era veemente, devido ao rompimento dos padrões de comportamento acima discutidos e a grande exposição que o emprego exigia em que os padrões da época não permitiam. Por tratar-se de um ambiente que também era freqüentado por homens, como radioatores e diretores, as radioatrizes eram rotuladas de “mulheres de vida fácil”. A depoente Dona Creuza, que morou ao lado da radioatriz Maria Mendes na década de 1950, narra como a intérprete das radionovelas era mal vista pela sociedade, principalmente pela mãe da depoente, que não queria ver suas filhas “influenciadas” pela radioatriz:

Minha mãe não dizia nada a respeito dela, mas se dissessem: Maria Mendes ta chamando, ela dizia: não, não vai por que ela não é recomendável. Tudo isso era porque ela trabalhava na rádio e ela se expunha muito aos homens, e ela (a mãe) achava que todo mundo que trabalhava por lá era assim, porque eram mulheres que trabalhavam com homens, só porque tinha liberdade de conversar com os homens<sup>9</sup>.

A convergência dos discursos morais religiosos e jurídicos contribuía para que os parâmetros de mulher ideal fossem homogeneizados, a punição para quem transgredisse as normas impostas certamente seria a rejeição por parte daqueles que não queriam que os padrões fossem rompidos. As “mulheres do rádio” foram assim denominadas de “mulheres da vida” por serem consideradas ousadas demais para a época; foram desviantes, uma vez que não se moldavam ao forte discurso ideológico e conservador que buscaram moldar a representação de feminilidade. Segundo Ary Rodrigues:

Maria Mendes, Silvinha de Alencar até hoje é conhecida, é lembrada ainda como uma pessoa de costumes não aceitáveis porque cantava em rádio e namorava locutor, com artistas que vinham de fora (...) a mulher que trabalhava em rádio sempre era mais liberal, ela não se deixava prender a muitos costumes da época e procurava se libertar daquilo de alguma forma, se apresentando muito bem vestida e trabalhando em rádio.

Segundo Rago (1985), no século XIX, época da emergência de um modelo de feminilidade em que se formulavam novas formas de etiqueta e comportamento, cresciam-se novas exigências pela presença da mulher na esfera pública a partir do crescimento comercial e industrial do país com a fomentação da urbanização. O

<sup>9</sup> Depoimento de Dona Creuza Alves do Nascimento concedido à autora no dia 26 set. 2007

discurso científico, especificamente o médico-sanitarista, desde meados do século XIX, conforme aponta Rago, procurou legitimar e impor práticas e comportamentos femininos, desenvolvendo conceitos que demonstrassem a identidade feminina em ser mãe-dona-de-casa, a partir do aleitamento materno e a condenação da amamentação mercenária. O desenvolvimento de teses na área médica no século XIX, buscava justamente construir e formar elos entre o instinto natural da mulher e a maternidade, procurando com isso, condicioná-la a esfera do lar.

Com isso, cristalizava-se o discurso da incompatibilidade do casamento com trabalho extra-domiciliar. Para muitos homens, era inconcebível que suas esposas trabalhassem fora do lar, por isso, as escolhas das futuras donas-de-casa era feita a partir de parâmetros que deveriam pertencer as mulheres com base na “boa moral” e do “bom comportamento”. Del Priore (2006, p. 289) ressalta que “*a ‘moça de família’ manteve-se como modelo das garotas dos anos 50 e seus limites eram bem conhecidos*”. É o que também nos narrou a ex-radioatriz Ivanete Silveira: “*Ah, não tinha noivo que quisesse esse trabalho não. Acha que lá dentro havia liberdade, fazia outro julgamento*<sup>10</sup>.” Sendo assim, o matrimônio, bem como, o trabalho domiciliar, a partir da atenção dada aos filhos e marido, formava o universo moralmente construído para o sexo feminino. Com isso, vemos que os desvios sociais para época eram identificados a partir da quebra desses valores e modelos.

A partir disto verificamos como as radioatrizes foram consideradas mulheres desviantes no qual burlaram, ou melhor, romperam com o padrão do comportamento feminino difundido pelos discursos religiosos, médico e jurídico da época. Tais mulheres elaboraram práticas sub-reptícias, conforme nos explica Certeau, ao fugirem de casa para representar papéis no rádio: ambiente considerado promíscuo e inadequado para o feminino. Romperam com a prerrogativa de que mulheres deviam chegar cedo em casa cuidar da casa e da família. Quebraram, por fim, com o modelo de mulheres recatadas, obedientes, elaborando táticas para ocupar um espaço tipicamente masculino: o trabalho na rádio, num ambiente extra-domiciliar.

Assim como nos esclarece Rago, apesar do forte discurso normatizador, com seu conjunto de códigos e regras de condutas, acreditamos que nem todas as mulheres se adaptavam aos padrões de comportamento defendidos pela elite e pelo discurso médico.

<sup>10</sup> Depoimento da senhora Ivanete Silveira concedido à autora no dia 25 set. 2007

Dentro desta perspectiva, as radioatrizes re(inventavam) seu cotidiano de forma astuciosa reagindo com isso, às formas de representação feminina, pois conforme explica Certeau (1994, p.40), *“a presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários”*

Partindo das reflexões teóricas certeunianas, percebemos como as mulheres do rádio fabricaram seu cotidiano, elaborando práticas de resistência ante um sistema conservador que buscava, através do discurso dominante, estabelecer padrões de comportamento.

Assim, ao ocupar uma esfera tipicamente concebida como masculina, as radioatrizes romperam com os paradigmas impostos pela época elaborando táticas que transgrediam a ordem imposta quebrando, portanto, com os papéis sociais atribuídos aos sexos feminino e masculino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No contexto em que Campina Grande vivia o período áureo do rádio, pólo de atrações culturais, as radioatrizes carregavam arquétipos opostos diante da sociedade: de mulheres talentosas cuja beleza constituía parâmetros a serem seguidos, carregavam também rótulos de mulheres “da vida”, “não-recomendáveis” “avançadas” para a época.

Tais representações que foram construídas em torno dessas radioatrizes foram associados ao contexto, pois numa época em que as mulheres mal podiam sair de casa e trabalhar era “coisa de homem” as radioatrizes quebraram, de maneira significativa, com o discurso normatizador religioso e da medicina, que buscavam inserir o gênero feminino ao recôndito do lar, ao ocupar um espaço tido como inconcebível para as mulheres: o trabalho na rádio. Destarte, as radioatrizes foram taxadas de “mulheres de vida fácil” ao romper com os códigos morais da época e com os estereótipos de mulheres recatadas, domésticas e obedientes ao chegar a casa em horários impróprios ou mesmo estabelecendo contato com homens que não eram da família.

## **REFERÊNCIAS**

- ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região:**tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). Doutorado em História. Campinas, UNICAMP, 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses.** Campina Grande: Caravela, 1988.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano;** 1. artes de fazer. Petrópolis. RJ: Vozes, 1994.
- CHAVES, Glenda Rose Gonçalves. **A Radionovela no Brasil:** um estudo de Odette Machado Alamy (1913-1999). Dissertação de mestrado em Estudos Literários da Faculdade de Letras UFMG, MG, 2007
- DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande.** 1º Volume. João Pessoa: A União Editora. s/d.
- \_\_\_\_\_. **Memórias de Campina Grande.** 2º Volume. João Pessoa: A União Editora. s/d.
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio:** o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens Multifacetadas de Campina Grande.** Campina Grande, [s/n], 2000.
- MALUFF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando. **História da vida privada no Brasil,** vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RAGO, Luzia Margareth. A Colonização da mulher. In: \_\_\_\_\_. **Do cabaré ao Lar:** a utopia da cidade disciplinar: Brasil (1890-1930) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: Sociedade Cultura e Lazer em Campina Grande** (1945 – 1965). Doutorado em História. Recife, UFPE, 2002.
- SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. OLIVEIRA, Flavianny Guimarães de. FREITAS, Goretti Mª Sampaio de. **História da mídia regional:** o rádio em Campina Grande. Campina Grande: EDUFGC/EDUEP, 2006.

---

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63- 97.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Disponível em: <http://sociologianreapucarana.pbworks.com/f/Genero%20-%20Joan%20Scott.doc>.

Acesso em 12 de março de 2010.

SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. In: SAMARA, Eni Mesquita. **Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUSC. 1997.

**FONTES DE JORNAIS:**

**Correio da Paraíba**, João Pessoa, 05 out. 1953. p. 7.

**ENTREVISTAS:**

Ary Rodrigues concedido a autora no dia 3, set. 2007.

Creuza Alves do Nascimento concedido à autora no dia 26 set. 2007

Eraldo César concedido a autora no dia 03, nov. 2007.

Ivanete Silveira concedido à autora no dia 25, set. 2007.

Maria do Carmo Bezerra. ( pseudônimo: Silvinha de Alencar)

Nilça Belo, 5, set. 2007.